

Utilização do legislativo eletrônico em câmaras municipais para o exercício da transparência

Fabiano Maury Raupp (UDESC) - fabianoraupp@hotmail.com

José Antonio Gomes de Pinho (UFBA) - jagp@ufba.br

Resumo:

O artigo tem por objetivo investigar a utilização do legislativo eletrônico em Câmaras Municipais de Santa Catarina para o exercício da transparência. A pesquisa é descritiva, realizada por meio de um estudo de levantamento, com abordagem predominantemente qualitativa. O objeto de análise refere-se às Câmaras Municipais do Estado de Santa Catarina que possuem portal eletrônico, num total de 93. Para coleta de dados utilizou-se um protocolo de observação a fim identificar a ocorrência ou não dos indicadores do modelo de análise. Observa-se uma predominância de portais com baixa capacidade em promover a transparência, representando 58,06% do conjunto analisado. Na sequência aparecem os portais com alta e média capacidade, com 22,58% e 17,20%, respectivamente. Em razão destes índices, entende-se que não há uma busca de transparência pelos vereadores. Tal processo não evolui de acordo com as faixas populacionais, ou seja, não há uma linearidade em quanto maior o porte populacional mais estruturado se apresenta o portal. Porém, a mínima ocorrência de portais com nula capacidade somada às condições de alta capacidade, que foi o nível com a segunda maior ocorrência, pode indicar que se trata de um processo em construção.

Palavras-chave: *Legislativo eletrônico. Câmaras municipais. Transparência.*

Área temática: *Custos aplicados ao setor público*

Utilização do legislativo eletrônico em câmaras municipais para o exercício da transparência

Resumo

O artigo tem por objetivo investigar a utilização do legislativo eletrônico em Câmaras Municipais de Santa Catarina para o exercício da transparência. A pesquisa é descritiva, realizada por meio de um estudo de levantamento, com abordagem predominantemente qualitativa. O objeto de análise refere-se às Câmaras Municipais do Estado de Santa Catarina que possuem portal eletrônico, num total de 93. Para coleta de dados utilizou-se um protocolo de observação a fim identificar a ocorrência ou não dos indicadores do modelo de análise. Observa-se uma predominância de portais com baixa capacidade em promover a transparência, representando 58,06% do conjunto analisado. Na sequência aparecem os portais com alta e média capacidade, com 22,58% e 17,20%, respectivamente. Em razão destes índices, entende-se que não há uma busca de transparência pelos vereadores. Tal processo não evolui de acordo com as faixas populacionais, ou seja, não há uma linearidade em quanto maior o porte populacional mais estruturado se apresenta o portal. Porém, a mínima ocorrência de portais com nula capacidade somada às condições de alta capacidade, que foi o nível com a segunda maior ocorrência, pode indicar que se trata de um processo em construção.

Palavras-chave: Legislativo eletrônico. Câmaras municipais. Transparência.

Área temática: Custos aplicados ao setor público.

1 Introdução

A utilização das tecnologias da informação e comunicação – TICs tem sido suscitada como capaz de reduzir a distância entre os governantes e a sociedade civil sob vários aspectos. Um dos aspectos corresponde à prestação de serviços *online* que garantem maior agilidade na execução pelos cidadãos. Outro aspecto diz respeito às possibilidades de construção democráticas, mostrando-se potencialmente capaz de permitir que os governados participem das decisões que precisam ser tomadas no âmbito da gestão pública.

O interesse do estudo está na dimensão democrática, tendo como temática a utilização do legislativo eletrônico. Para Zurra e Carvalho (2008), no caso brasileiro, o que se observa é que o país caminhou até de forma acelerada na implementação das ferramentas de e-gov, e no caso dos legislativos, esse processo se deu pouco tempo depois. Percebe-se uma grande diferença entre os portais eletrônicos desse Poder no que se refere à disponibilização de informações, ou seja, não se tem um padrão do que deve constar nesses portais, ficando a critério do Presidente do Parlamento escolher quais informações ficarão disponíveis.

Observa-se uma escassez de pesquisas sobre o legislativo eletrônico, haja vista que os estudos normalmente são feitos sobre o governo eletrônico. Como as reflexões têm maior recorrência com o poder executivo, ainda que o material teórico e empírico possa ser utilizado também em pesquisas com o poder legislativo, resguardadas as especificidades de cada poder, percebe-se a necessidade de pesquisas empíricas sobre o e-legislativo, sobretudo em câmaras municipais. Soma-se as questões já apresentadas a necessidade de pesquisas acerca das potencialidades do legislativo eletrônico como capaz de construir condições de transparência dos atos públicos, contemplando inclusive o quesito da *accountability*.

Assim, o estudo tem por objetivo investigar a utilização do legislativo eletrônico em Câmaras Municipais de Santa Catarina para o exercício da transparência. Para tanto, após as

considerações iniciais, faz-se uma incursão teórica sobre transparência e legislativo eletrônico, entendidos como o corpo teórico necessário para dar sustentação ao objeto empírico. Na sequência, discorre-se sobre os procedimentos metodológicos adotados. Em seguida, apresenta-se a análise e descrição dos resultados, bem como as considerações finais decorrentes da pesquisa.

2 Transparência

Buscar transparência significa desenvolver e implantar mecanismos que permitam à sociedade ter o conhecimento oportuno e suficiente das ações adotadas pelos governantes, das políticas implementadas e dos recursos mobilizados (ALBUQUERQUE, 2006). A preocupação de que, quando o histórico das opções políticas não é conhecido, o eleitorado é incapaz de punir os políticos que se envolvem em corrupção e outras formas de conduta ilegal, impulsionaram as discussões em torno da transparência na gestão pública (FOX, 2007).

A transparência tem como objetivo garantir a todos os cidadãos, por meio de diversas formas em que costumam se organizar, acesso às informações que explicitam as ações a serem praticadas pelos governantes, as em andamento e as executadas em períodos anteriores. A transparência não deve se reportar somente a fatos presentes praticados pela administração pública, mas também ser garantida para informações de períodos anteriores, o que possibilita estudos de caráter evolutivo e comparativo acerca da atuação dos gestores (SILVA, 2008).

Para Platt Neto e outros (2007), a transparência contempla três elementos principais: publicidade, compreensibilidade das informações e utilidade das informações. Por publicidade, entende-se a ampla divulgação de informações à população, propiciando-se o acesso em múltiplos meios de baixo custo e domínio dos usuários. A compreensibilidade das informações relaciona-se à apresentação visual, incluindo a formatação das informações (demonstrativos, relatórios etc), e ao uso da linguagem. Busca-se idealmente a simplicidade, a linguagem acessível e orientada ao perfil dos usuários, no sentido de aumentar o entendimento das informações. Por fim, a utilidade para decisões está fundamentada na relevância das informações. A relevância, por sua vez, pode ou não coincidir com os interesses dos usuários. Associada à relevância, está a confiabilidade das informações a que os usuários têm acesso, ou seja, a garantia de veracidade do que é divulgado. A comparabilidade deve ser propiciada entre períodos e entre entidades.

Cada vez mais o Estado contemporâneo e os atores que com ele transacionam são impelidos a agir sob os imperativos da transparência – que na administração pública implica os observadores perceberem as relações concretas entre indivíduos e grupos atrás do invólucro das instituições (PEREIRA, 2002). Portanto, é uma condição *sine qua non* para o funcionamento dos mecanismos de responsabilização, já que, de fato, estes mecanismos de controle e fiscalização são fortemente condicionados pela transparência e pela visibilidade das ações do poder público. Sem transparência, fidedignidade e clareza das informações não há como cidadãos apropriarem-se dos dados das avaliações para cobrarem os agentes públicos (CENEVIVA e FARAH, 2006).

Neste contexto, o desenvolvimento das TICs oferece novas possibilidades de ganho de transparência pelas organizações. O emprego dos novos recursos tecnológicos da informatização pode melhorar a qualidade da informação produzida pela organização, como, por outro lado, independentemente disso, tem, sem sombra de dúvida, impacto extraordinário sobre o seu acesso, haja vista que, por meio da informatização, a organização tanto pode conhecer-se melhor, como também pode dar-se a conhecer melhor ao seu ambiente externo. Esta via dupla, por meio da qual a informatização expõe e, portanto, ‘transparentiza’ a organização, submetem-na a mudanças potenciais imensuráveis (GOMES FILHO, 2005).

3 Legislativo Eletrônico

Para Peixoto e Wegenast (2011), uma das funções centrais de um site legislativo é a de fornecer ao usuário, de maneira acessível e inteligível a ação de cada parlamentar de maneira individualizada. Sabe-se, todavia, que grande parte da ação parlamentar concentra-se no trabalho das comissões. Nesse sentido, as TICs têm um papel preponderante para fornecer ao usuário diferentes recursos que permitam a transparência e o acompanhamento individualizado das comissões.

Corgozinho (2003) destaca algumas das potencialidades geradas pelo uso das TICs no processo deliberativo das democracias parlamentares modernas: (1) informatizar praticamente todo o processo de trabalho legislativo, ganhando em rapidez, eficiência, objetividade, segurança e transparência; (2) acessar em tempo real um gigantesco volume de informações disponíveis em praticamente todo o mundo, relevantes para os temas que estejam em debate; (3) informar a população interessada acerca dos trabalhos da instituição; (4) ampliar a participação da cidadania no processo de tomada de decisões parlamentares, principalmente pelo aproveitamento da comunicação de massa interativa (Internet), independentemente da ação por outros meios tradicionais.

Mello, Cohen e Oliveira (2003) investigaram as Assembleias Legislativas Brasileiras e identificaram o baixo número de parlamentos que apresentavam em seus sites informações sobre prestação de contas. Os elementos de transparência e interatividade se destacaram também como itens de menor representatividade na maior parte dos sites analisados. Esses números já demonstravam a falta de preocupação com a divulgação de informações sobre a administração das casas legislativas.

Braga (2005) fez uma avaliação global do grau de informatização dos legislativos brasileiros e constatou a existência de quatro grupos bem diferenciados: (i) legislativos com alto grau de informatização, geralmente as unidades administrativas com maior tradição política e sistemas políticos mais institucionalizados (Câmara dos Deputados; RS; Senado Federal; MG); (ii) unidades com grau médio alto de informatização (SC; SP; PE); (iii) unidades com grau médio baixo de informatização; (iv) unidades com baixo grau de informatização.

Atualmente, legislativos federal, estadual e municipal possuem suas páginas eletrônicas, nas quais são disponibilizadas informações como notícias diárias sobre as ações parlamentares, ordem do dia, relatórios semestrais e anuais sobre as ações desenvolvidas pelos parlamentares e pelas comissões, execução orçamentária, entre outras informações. Contudo, a disponibilização dessas informações varia muito entre as Casas Legislativas, havendo por parte de algumas a disponibilização de uma quantidade razoável de informação e por outras uma disponibilização ainda incipiente (ZURRA, CARVALHO, 2008).

Freire e Sales (2010) investigaram a prática democrática mediante a participação popular no processo legislativo por meio eletrônico e entendem que, apesar de todos os benefícios proporcionados pelas novas tecnologias, há um verdadeiro desastre na consolidação da ciberdemocracia e do legislativo eletrônico. Observam que as Assembleias Estaduais, de um modo geral, necessitam prestar mais informações à sociedade sobre este importante meio de exercício da democracia.

Santos (2011), ao investigar as condições de participação política dos cidadãos a partir das ferramentas interativas disponibilizadas nos *websites* dos deputados do Estado da Bahia, ratifica o estado incipiente dos *websites* quanto às oportunidades de participação política em rede, já identificado no estudo de Freire e Sales (2010). A ausência de fóruns de discussão nas páginas analisadas, assim como oportunidades para acessar informações governamentais, demonstra o distanciamento das propostas acerca do governo eletrônico. Contudo, os políticos estudados percebem a influência que as tecnologias de informação e comunicação exercem nas sociedades contemporâneas, mesmo utilizando os recursos viabilizados pela Internet de

forma limitada, amadora, sem interatividade mútua, como autêntica “vitrine” política.

A partir do exame empírico das características e das formas de uso dos canais de input político diagnosticados no Portal da Câmara dos Deputados, Marques (2010) questiona os limites da influência que os cidadãos conseguem exercer sobre seus representantes. Na experiência analisada, descobriu-se que, não obstante a variedade de instrumentos voltados para fomentar a participação, os usuários são dotados de insumos que restringem seus modos de intervenção às atividades como debater, sugerir ou, no máximo, pressionar os parlamentares (isso não é pouco, mas contradiz os discursos mais eufóricos acerca do potencial dos dispositivos digitais). Acredita-se que esta limitação se dá pela força das regras tradicionais que orientam o jogo político, marcadas pela ênfase na democracia representativa.

Em relação ao legislativo local, destaca-se o estudo de Corgozinho (2003), fundamentado na observação dos websites das Câmaras de Vereadores de dez cidades mineiras (Belo Horizonte, Divinópolis, Governador Valadares, Montes Claros, Juiz de Fora, Patos de Minas, Poços de Caldas, Teófilo Otoni, Uberlândia e Unaí). Para o autor, é notável a homogeneidade no que diz respeito a forte carência entre os serviços ofertados. A ausência mais sentida é relativa aos serviços que transfiram o controle do processo para as mãos do usuário. É o caso das enquetes, da ouvidoria, dos suportes por e-mail, dos mapas de navegação, da adequação das páginas para pessoas com necessidades especiais etc. Esses recursos, ausentes em quase todas as instituições analisadas, é que poderiam estar contribuindo para a apropriação social dos sites e estimulando a participação.

Para Marques e Miola (2007), se a intenção é diminuir o *gap* entre o trabalho político da esfera dos representantes e o da esfera civil, deve-se sugerir às instituições legislativas e aos parlamentares o emprego efetivo e a ampliação de mecanismos que valorizem a participação dos cidadãos e que leve em conta o julgamento público das razões em jogo. Assim, o que se pode notar em vários sites de instituições políticas centrais na conformação de sociedades democráticas é uma mera presença na rede, com uma iniciativa dedicada, basicamente, a prover informações em formato unidirecional e sem se preocupar em absorver as contribuições e disposições dos cidadãos. As ferramentas digitais são subaproveitadas no que se refere ao aperfeiçoamento da participação da esfera civil na produção da decisão política (Idem, 2007).

A utilização das TICs como meios que proporcionem uma maior interação entre o Poder Legislativo e a sociedade constitui-se em elemento crucial para o desenvolvimento de uma democracia eletrônica legislativa. Contudo, a utilização de TICs como suporte para maior interação entre representados e representantes e o fomento de práticas participativas é posta em perspectiva: proatividade e reatividade tornam-se elementos fundamentais. É nesse ponto que se torna evidente o limite das tecnologias, uma vez que representam meras ferramentas. A cada espaço que se abre para dar voz ao cidadão, deve haver também uma capacidade – e vontade – de ouvir e responder (PEIXOTO, WEGENAST, 2011).

4 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa realizada é do tipo descritiva, realizada por meio de um estudo de levantamento, com abordagem predominantemente qualitativa. O objeto de análise refere-se às Câmaras Municipais do Estado de Santa Catarina que possuem portal eletrônico. O Estado conta com 293 Câmaras Municipais, contudo, apenas 93 possuem portal eletrônico.

Para coleta de dados utilizou-se um protocolo de observação. O objetivo do protocolo foi identificar a ocorrência ou não dos indicadores do modelo de análise, bem como transcrever observações que sejam pertinentes ao objeto de estudo. Assim, foram feitas as visitas aos portais eletrônicos seguindo-se os itens do protocolo de observação.

O modelo foi construído a partir da investigação de experiências anteriores de diversos autores e instituições que pesquisaram portais eletrônicos, bem como análise dos portais

eletrônicos das câmaras municipais localizadas nas 10 capitais brasileiras com o maior número de habitantes (Salvador, Fortaleza, Goiânia, Belo Horizonte, Belém, Curitiba, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo). O modelo de análise é apresentado por meio do quadro 1.

Capacidade	Indicadores
Nula	Inexistência de qualquer tipo de indicador de transparência
Baixa	Detalhamento das seções (ordem do dia, atas das seções)
	Notícias da câmara municipal sobre as atividades dos vereadores
	Disponibilização da legislação
Média	Disponibilização de legislação com possibilidade de download
	Vídeos das sessões legislativas
Alta	Divulgação das matérias nas fases de tramitação
	Vídeos das sessões legislativas ao vivo
	TV Câmara
	Rádio Câmara

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 1 – Modelo de análise

Assim, o portal terá capacidade nula no caso de inexistência de qualquer tipo de indicador de publicização das atividades dos vereadores. A baixa capacidade será definida pela presença de pelo menos um dos seguintes indicadores: detalhamento das seções (ordem do dia, atas das seções); notícias da câmara municipal sobre as atividades dos vereadores; disponibilização da legislação. Já a média capacidade será identificada nos portais que apresentarem, de forma cumulativa, pelo menos um dos indicadores de baixa capacidade e um dos seguintes indicadores: disponibilização de legislação com possibilidade de download, vídeos das sessões legislativas. A alta capacidade será identificada caso o portal apresente, de forma cumulativa, pelo menos um dos indicadores de baixa capacidade, pelo menos um dos indicadores de média capacidade e um dos seguintes indicadores: divulgação das matérias nas fases de tramitação; vídeos das sessões legislativas ao vivo; TV Câmara; Rádio Câmara.

5 Resultados da Pesquisa Empírica

Na análise dos portais eletrônicos de Câmaras Municipais de Santa Catarina os dados foram organizados por faixas populacionais. A divisão da análise em classes de população foi escolhida considerando as faixas de tamanho da população dos municípios brasileiros, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. As faixas utilizadas para agrupar os portais foram: até 5.000 habitantes; de 5.001 a 10.000 habitantes; de 10.001 a 20.000 habitantes; de 20.001 a 50.000 habitantes; de 50.001 a 100.000 habitantes; de 100.001 a 500.000 habitantes; mais de 500.000 habitantes. Do total de câmaras que compõem o estudo, apenas a Câmara Municipal de Joinville está localizada na faixa mais de 500.000 habitantes. Assim, optou-se em não considerar a última classe do IBGE, agrupando a Câmara de Joinville na faixa de 100.001 a 500.000 habitantes.

Em cada um dos tópicos apresentados na sequência, são identificados, primeiramente, os portais analisados, com os endereços eletrônicos e os portes populacionais dos municípios contemplados na respectiva faixa. Em seguida, são elaborados mapas a partir dos indicadores de transparência observados nos portais. Após, é feita a inferência do nível de capacidade dos portais em construir condições para a transparência.

5.1 Análise dos portais de câmaras em municípios com até 5.000 habitantes

Os portais analisados nesta faixa, com os respectivos endereços eletrônicos e os portes populacionais dos municípios, são apresentados na tabela 1.

Tabela 1 – Portais de câmaras localizadas em municípios com até 5.000 habitantes

N.º	Câmaras Municipais	Endereço do Portal	População
1	Agronômica	<http://www.cva.sc.gov.br>	4.901
2	Ermo	<http://www.camaraermo.sc.gov.br>	2.050
3	Galvão	<http://www.cvg.sc.gov.br>	3.475
4	Iomerê	<http://www.cviomere.sc.gov.br>	2.743
5	Jupia	<http://www.camarajupia.sc.gov.br>	2.148
6	Lacerdópolis	<http://www.camaralpolis.sc.gov.br>	2.197
7	Novo Horizonte	<http://www.camaranovohorizonte.sc.gov.br>	2.750
8	São Bernardino	<http://www.cvsb.sc.gov.br>	2.679
9	São Martinho	<http://www.camarasaomartinho.sc.gov.br>	3.211

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos itens do protocolo, foram feitas as visitas aos portais eletrônicos e anotadas as informações disponíveis. Os acessos aos portais foram feitos no dia 7 de dezembro de 2010. A ocorrência dos indicadores é sintetizada no quadro 2.

Capacidade	Indicadores	Agronômica	Ermo	Galvão	Iomerê	Jupia	Lacerdópolis	Novo Horizonte	São Bernardino	São Martinho
Nula	Inexistência de qualquer tipo de indicador de transparência						x			
Baixa	Detalhamento das seções	x		x	x	x		x		x
	Notícias da câmara municipal	x		x	x	x		x	x	
	Disponibilização da legislação	x	x	x	x	x		x	x	x
Média	Disponibilização de legislação com possibilidade de download	x	x	x	x	x		x	x	
	Vídeos das sessões legislativas									
Alta	Divulgação das matérias nas fases de tramitação					x		x		
	Vídeos das sessões legislativas ao vivo									
	TV Câmara									
	Rádio Câmara									

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 2 – Ocorrência dos indicadores em câmaras de municípios com até 5.000 habitantes

A partir do quadro 2 pode-se observar que os portais eletrônicos selecionados apresentam, na sua maioria, indicadores de média capacidade. Dos indicadores analisados, vídeos das sessões legislativas, vídeos das sessões legislativas ao vivo, TV Câmara e Rádio Câmara não foram identificados nos portais. Os indicadores disponibilização da legislação e disponibilização de legislação com possibilidade de download foram identificados na maioria dos portais. A pesquisa no site pode ser configurada pelo tipo de legislação, pelo tipo de lei, por palavras-chave e pelo ano.

Com expressiva ocorrência, os portais apresentam detalhamento das seções e notícias sobre as atividades dos vereadores. A divulgação das matérias nas fases de tramitação, que pode representar um avanço em termos de transparência, foi identificada nas Câmaras de Jupia e Novo Horizonte.

Considerando o grupo de municípios analisados, o alcance da média capacidade pode representar um bom resultado. Além disso, talvez seja muita exigência esperar que esses portais apresentem vídeos das sessões legislativas, vídeos das sessões legislativas ao vivo, TV Câmara e Rádio Câmara. Dos portais analisados, Lacerdópolis parece o caso mais grave: tem um portal, mas nele não foi identificado nenhum indicador.

As ocorrências dos níveis de capacidade foram as seguintes: nula (1), baixa (1), média (5), alta (2). Mesmo com uma predominância de portais com média capacidade, não dá para afirmar se as atividades dos vereadores são realmente “transparencializadas” ou se as matérias são editadas antes de serem veiculadas.

5.2 Análise dos portais de câmaras em municípios de 5.001 a 10.000 habitantes

Os portais com os respectivos endereços eletrônicos e os portes populacionais dos municípios na faixa de 5.001 a 10.000 habitantes são apresentados na tabela 2.

Tabela 2 – Portais de câmaras localizadas em municípios de 5.001 a 10.000 habitantes

N.º	Câmaras Municipais	Endereço do Portal	População
1	Água Doce	< http://www.cvaguadoce.sc.gov.br >	6.960
2	Anchieta	< http://www.cvanchieta.sc.gov.br >	6.378
3	Bom Retiro	< http://www.camarabomretiro.sc.gov.br >	8.942
4	Grão-Pará	< http://www.graopara.sc.gov.br >	6.223
5	Irani	< http://www.camairani.com.br >	9.534
6	Passo de Torres	< http://www.camara-passo.sc.gov.br >	6.631
7	Rio do Oeste	< http://www.riodooeste.com.br/legis >	7.094
8	Trombudo Central	< http://www.cmtc.sc.gov.br >	6.554

Fonte: Dados da pesquisa.

Os acessos aos portais foram feitos no dia 7 de dezembro de 2010. A ocorrência dos indicadores é sintetizada no quadro 3.

Capacidade	Indicadores	Água Doce	Anchieta	Bom Retiro	Grão-Pará	Irani	Passo de Torres	Rio do Oeste	Trombudo Central
Nula	Inexistência de qualquer tipo de indicador de transparência			x					
Baixa	Detalhamento das seções	x			x				x
	Notícias da câmara municipal	x	x			x	x	x	x
	Disponibilização da legislação	x	x			x	x	x	x
Média	Disponibilização de legislação com possibilidade de download	x	x			x	x	x	x
	Vídeos das sessões legislativas								
Alta	Divulgação das matérias nas fases de tramitação								
	Vídeos das sessões legislativas ao vivo								
	TV Câmara								
	Rádio Câmara								

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 3 – Ocorrência dos indicadores em câmaras de municípios de 5.001 a 10.000 habitantes

Os indicadores de transparência identificados no quadro 3 apresentam semelhanças em relação a faixa anterior (até 5.000 habitantes). A partir de um comparativo entre as duas faixas populacionais, a situação parece pouco se modificar, pois os indicadores continuam concentrados na média capacidade.

O avanço em termos populacionais não garante o avanço no uso dos indicadores. Elementos importantes para criar condições de construção da transparência, como divulgação

das matérias nas diferentes fases de tramitação e divulgação das sessões legislativas ao vivo não foram identificados no conjunto de portais analisados.

Ainda que haja uma mudança de faixa, também se está em um padrão de porte populacional muito baixo, que não atinge a sofisticação de dispor desses artefatos tecnológicos nos seus portais. Não faz muita diferença pertencer ao primeiro ou ao segundo grupo populacional.

As ocorrências dos níveis de capacidade foram as seguintes: nula (1), baixa (1), média (6), alta (0). Em relação à faixa anterior, mantém-se a predominância de portais com média capacidade, apesar do retrocesso percebido, visto que não foram identificados portais com alta capacidade.

5.3 Análise dos portais de câmaras em municípios de 10.001 a 20.000 habitantes

A análise da terceira faixa populacional contemplou 22 portais eletrônicos. Os portais, os endereços eletrônicos e os portes populacionais dos municípios são apresentados na tabela 3.

Tabela 3 – Portais de câmaras localizadas em municípios de 10.001 a 20.000 habitantes

N.º	Câmaras Municipais	Endereço do Portal	População
1	Balneário de Piçarras	< http://www.camarapicarras.sc.gov.br >	17.074
2	Bombinhas	< http://www.camarabombinhas.sc.gov.br >	14.312
3	Campo Alegre	< http://www.camaracampoalegre.sc.gov.br >	11.748
4	Corupá	< http://www.cvcorupa.sc.gov.br >	13.852
5	Dionísio Cerqueira	< http://www.camaradc.sc.gov.br >	14.801
6	Faxinal de Guedes	< http://www.camarafaxinal.sc.gov.br >	10.658
7	Garopaba	< http://www.camaragaropaba.sc.gov.br >	18.144
8	Imaruí	< http://www.camaraimarui.sc.gov.br >	11.672
9	Itapoá	< http://www.camaraitapoia.sc.gov.br >	14.775
10	Lebon Régis	< http://www.camaralebonregis.sc.gov.br >	11.862
11	Massaranduba	< http://www.cvmassaranduba.sc.gov.br >	14.668
12	Morro da Fumaça	< http://www.camaramf.hpg.com.br >	16.126
13	Nova Veneza	< http://www.cvnv.sc.gov.br >	13.316
14	Palmitos	< http://www.camarapalmitos.sc.gov.br >	16.021
15	Papanduva	< http://www.cmpapanduva.sc.gov.br >	17.931
16	Pinhalzinho	< http://www.cvpinhalzinho.sc.gov.br >	16.335
17	Pouso Redondo	< http://www.camarapousoredondo.sc.gov.br >	14.812
18	Schoroeder	< http://www.camaraschroeder.sc.gov.br >	15.316
19	Seara	< http://www.camaraseara.sc.gov.br >	16.922
20	Siderópolis	< http://www.camarasideropolis.sc.gov.br >	12.995
21	Taió	< http://www.camarataio.sc.gov.br >	17.265
22	Turvo	< http://www.camaraturvo.com.br >	11.854

Fonte: Dados da pesquisa.

Os acessos aos portais foram feitos no dia 28 de janeiro de 2011. A ocorrência dos indicadores é sintetizada no quadro 4.

Capacidade	Indicadores	Balneário de Piçarras	Bombinhas	Campo Alegre	Corupá	Dionísio Cerqueira	Faxinal de Guedes	Garopaba	Imarú	Itapoá	Lebon Régis	Massaranduba	Morro da Fumaça	Nova Veneza	Palmitos	Papanduva	Pinhalzinho	Pouso Redondo	Schoroeder	Seara	Siderópolis	Taió	Turvo
Nula	Inexistência de qualquer tipo de indicador de transparência																						
Baixa	Detalhamento das seções	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x			x	x	x		x
	Notícias da câmara municipal sobre as atividades dos vereadores	x	x	x	x	x	x				x	x		x	x	x	x		x		x	x	x
	Disponibilização da legislação	x	x		x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x
Média	Disponibilização de legislação com possibilidade de download					x		x					x					x					
	Vídeos das sessões legislativas								x							x						x	x
Alta	Divulgação das matérias nas fases de tramitação	x					x					x			x	x							
	Vídeos das sessões legislativas ao vivo								x		x					x							x
	TV Câmara					x				x												x	
	Rádio Câmara										x			x						x	x		x

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 4 – Ocorrência dos indicadores em câmaras de municípios de 10.001 a 20.000 habitantes

O quadro 4 mostra há a divulgação das matérias nas fases de tramitação, que representa um importante instrumento capaz de contribuir para a construção da transparência. Também surpreende ter vídeos das sessões legislativas ao vivo, TV Câmara e Rádio Câmara em alguns municípios, mesmo pequenos.

As ocorrências dos níveis de capacidade nos portais foram as seguintes: nula (0), baixa (14), média (3), alta (5). Percebe-se que a predominância é de portais com baixa capacidade, embora alguns avanços sejam percebidos, principalmente pela presença de indicadores de alta capacidade. Cabe ressaltar que alguns portais apresentaram indicadores de alta capacidade, mas não obtiveram a classificação “alta capacidade” por não oferecer, cumulativamente, indicadores de média capacidade.

5.4 Análise dos portais de câmaras em municípios de 20.001 a 50.000 habitantes

A quarta faixa populacional de observações compreende 29 portais analisados. Cabe ressaltar que 5 municípios têm mais de 40.000 habitantes, se aproximando da faixa superior, embora a maioria tenha entre 20.000 e 30.000 habitantes. Os portais com os respectivos endereços eletrônicos e os portes populacionais dos municípios são apresentados na tabela 4.

Tabela 4 – Portais de câmaras localizadas em municípios de 20.001 a 50.000 habitantes

N.º	Câmaras Municipais	Endereço do Portal	População
1	Araquari	< http://www.camaraaquarisc.com.br >	24.814
2	Barra Velha	< http://www.cmvvbv.sc.gov.br >	22.403
3	Braço do Norte	< http://www.camarabn.sc.gov.br >	29.018
4	Campos Novos	< http://www.camaracamposnovos.sc.gov.br >	32.829
5	Capinzal	< http://www.camaracapinzal.sc.gov.br >	20.771
6	Capivari de Baixo	< http://www.camaracapivari.sc.gov.br >	21.689
7	Fraiburgo	< http://www.camarafraiburgo.sc.gov.br >	34.555
8	Guaramirim	< http://www.cmg.sc.gov.br >	35.186
9	Imbituba	< http://www.cmi.sc.gov.br >	40.200
10	Itaiópolis	< http://www.camaraitaiopolis.sc.gov.br >	20.315
11	Itapema	< http://www.camaraitapema.sc.gov.br >	45.814
12	Ituporanga	< http://www.camaraituporanga.com.br >	22.255
13	Joaçaba	< http://www.cmj.sc.gov.br >	27.005
14	Maravilha	< http://www.cmm.sc.gov.br >	22.104
15	Orleans	< http://www.orleanscamara.sc.gov.br >	21.395
16	Penha	< http://www.camaradenpenha.com.br >	25.140
17	Pomerode	< http://www.cmpomerode.sc.gov.br >	27.772
18	Porto União	< http://www.cmpu.sc.gov.br >	33.497
19	Rio Negrinho	< http://www.camararn.sc.gov.br >	39.849
20	São Francisco do Sul	< http://www.csfs.sc.gov.br >	42.569
21	São Miguel do Oeste	< http://www.camarasmo.sc.gov.br >	36.295
22	São Lourenço do Oeste	< http://www.camarasaolourenco.sc.gov.br >	21.797
23	Sombrio	< http://www.camarasombrio.sc.gov.br >	26.626
24	Tijucas	< http://www.camaratijucas.sc.gov.br >	30.973
25	Timbó	< http://www.camaratimbo.sc.gov.br >	36.817
26	Urussanga	< http://www.camaraurussanga.sc.gov.br >	20.222
27	Videira	< http://www.camaravideira.sc.gov.br >	47.204
28	Xanxerê	< http://www.camaraxanxere.sc.gov.br >	44.102
29	Xaxim	< http://www.camaraxaxim.sc.gov.br >	25.697

Fonte: Dados da pesquisa.

Na sequência são apresentados os indicadores de transparência observados nesta faixa, sintetizados por meio do quadro 5. Os acessos aos portais foram feitos no dia 28 de janeiro de 2011.

Capacidade	Indicadores	Araquari	Barra Velha	Braço do Norte	Campos Novos	Capinzal	Capivari de Baixo	Fraiburgo	Guaramirim	Imbituba	Itaiópolis	Itapema	Ituporanga	Joaçaba	Maravilha	Orleans	Penha	Pomerode	Porto União	Rio Negrinho	São Francisco do Sul	São Miguel do Oeste	São Lourenço do Oeste	Sombrio	Tijucas	Timbó	Urussanga	Videira	Xanxerê	Xaxim
Nula	Inexistência de qualquer tipo de indicador de transparência																													
Baixa	Detalhamento das seções	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x		x	x		x	x	x	x	x	x	x	
	Notícias da câmara municipal sobre as atividades dos vereadores	x		x	x			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x
	Disponibilização da legislação	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x		x	x	x	x			x	x		x	x
Média	Disponibilização de legislação com possibilidade de download		x								x																x			
	Vídeos das sessões legislativas				x														x							x			x	
Alta	Divulgação das matérias nas fases de tramitação							x														x				x			x	x
	Vídeos das sessões legislativas ao vivo				x					x				x									x						x	
	TV Câmara										x			x		x			x							x				
	Rádio Câmara													x	x	x			x	x			x							

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 5 – Ocorrência dos indicadores em câmaras de municípios de 20.001 a 50.000 habitantes

Do conjunto analisado, 7 portais apresentaram indicadores de média capacidade, compreendendo a disponibilização de legislação com possibilidade de download e vídeos das sessões legislativas. Além disso, 5 portais apresentaram indicadores de alta capacidade: como divulgação das matérias nas fases de tramitação, vídeos das sessões legislativas ao vivo, TV Câmara e Rádio Câmara. As ocorrências dos níveis de capacidade foram as seguintes: nula (0), baixa (22), média (2), alta (5). Comparando à faixa anterior, permanece a predominância de portais com baixa capacidade.

5.5 Análise dos portais de câmaras em municípios de 50.001 a 100.000 habitantes

Os portais, os endereços eletrônicos e os portes populacionais dos municípios são identificados na tabela 5.

Tabela 5 – Portais de câmaras localizadas em municípios de 50.001 a 100.000 habitantes

N.º	Câmaras Municipais	Endereço do Portal	População
1	Biguaçu	< http://www.cmb.sc.gov.br >	58.238
2	Caçador	< http://www.camaracacador.sc.gov.br >	70.735
3	Camboriú	< http://www.camaracamboriu.sc.gov.br >	62.289
4	Canoinhas	< http://www.canoinhas.sc.gov.br >	52.775
5	Concórdia	< http://www.cvc.sc.gov.br >	68.627
6	Gaspar	< http://www.camaragaspar.sc.gov.br >	57.958
7	Içara	< http://www.camaraicara.sc.gov.br >	58.859
8	Indaial	< http://www.camaraindaial.sc.gov.br >	54.794
9	Laguna	< http://www.camaradelaguna.sc.gov.br >	51.554
10	Mafra	< http://www.camaramafra.sc.gov.br >	52.920
11	Rio do Sul	< http://www.camarariosul.sc.gov.br >	61.196
12	São Bento do Sul	< http://www.cmsbs.sc.gov.br >	74.797
13	Tubarão	< http://www.camaratubarao.sc.gov.br >	97.281

Fonte: Dados da pesquisa.

Os acessos aos portais foram feitos no dia 1 de fevereiro de 2011. A ocorrência dos indicadores é sintetizada no quadro 6.

Capacidade	Indicadores	Biguaçu	Caçador	Camburiú	Canoinhas	Concórdia	Gaspar	Içara	Indaial	Laguna	Mafra	Rio do Sul	São B. do Sul	Tubarão
Nula	Inexistência de qualquer tipo de indicador de transparência													
Baixa	Detalhamento das seções	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Notícias da câmara municipal	x	x	x	x	x	x	x				x		x
	Disponibilização da legislação		x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Média	Disponibilização de legislação com possibilidade de download					x								
	Vídeos das sessões legislativas				x							x		
Alta	Divulgação das matérias nas fases de tramitação						x		x	x		x		x
	Vídeos das sessões ao vivo	x	x				x			x				x
	TV Câmara				x									
	Rádio Câmara					x								

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 6 – Ocorrência dos indicadores em câmaras de municípios de 50.001 a 100.000 habitantes

Os indicadores evidenciados no quadro 6 resumem-se, praticamente, ao

detalhamento das seções, notícias sobre as atividades dos vereadores e disponibilização da legislação. O indicador vídeos das seções foi identificado em 2 portais. Por outro lado, 5 portais apresentaram a possibilidade de assistir vídeos das sessões legislativas ao vivo, bem como a divulgação das matérias nas diferentes fases de tramitação. Tais indicadores representam importantes avanços para o processo de transparência. Assim, foram identificadas as seguintes ocorrências: nula (0), baixa (10), média (0), alta (3). O predomínio de baixa capacidade mostra o descaso e/ou falta de vontade política em tornar mais transparente as atividades realizadas pelos vereadores.

5.6 Análise dos portais de câmaras em municípios de 100.001 a 500.000 habitantes

Os portais com os respectivos endereços eletrônicos e os portes populacionais dos municípios dessa faixa são apresentados na tabela 6.

Tabela 6 – Portais de câmaras localizadas em municípios de 100.001 a 500.000 habitantes

N.º	Câmaras Municipais	Endereço do Portal	População
1	Balneário Camboriú	< http://www.cambc.sc.gov.br >	108.107
2	Blumenau	< http://www.camarablu.sc.gov.br >	309.214
3	Brusque	< http://www.camarabrusque.sc.gov.br >	105.495
4	Chapecó	< http://www.cmc.sc.gov.br >	183.561
5	Criciúma	< http://www.camcri.com.br >	192.236
6	Florianópolis	< http://www.cmf.sc.gov.br >	421.203
7	Itajaí	< http://www.cvi.sc.gov.br >	183.388
8	Jaraguá do Sul	< http://www.cmjs.sc.gov.br >	143.206
9	Joinville	< http://www.cvj.sc.gov.br >	515.250
10	Lages	< http://www.camaralages.sc.gov.br >	156.737
11	Palhoça	< http://www.cmp.sc.gov.br >	137.199
12	São José	< http://www.cmsj.sc.gov.br >	210.513

Fonte: Dados da pesquisa.

Os acessos aos portais foram feitos no dia 1 de fevereiro de 2011. A ocorrência dos indicadores é sintetizada no quadro 7.

Capacidade	Indicadores	Balneário C.	Blumenau	Brusque	Chapecó	Criciúma	Florianópolis	Itajaí	Jaraguá do S.	Joinville	Lages	Palhoça	São José
Nula	Inexistência de qualquer tipo de indicador de transparência												
Baixa	Detalhamento das seções	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x
	Notícias da câmara municipal	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Disponibilização da legislação	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x
Média	Disponibilização de legislação com possibilidade de download				x		x						
	Vídeos das sessões legislativas	x				x				x			x
Alta	Divulgação das matérias nas fases de tramitação	x	x	x	x		x	x	x	x		x	x
	Vídeos das sessões ao vivo				x	x				x			
	TV Câmara	x	x				x				x	x	x
	Rádio Câmara										x		

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 7 – Ocorrência dos indicadores em câmaras de municípios de 100.001 a 500.000 habitantes

Os indicadores evidenciados por meio do quadro 7 demonstram avanços no processo de transparência, se forem comparados com as faixas anteriores. A divulgação das matérias nas fases de tramitação foi identificada na maioria dos portais, o que pode representar uma preocupação em “transparencializar” os conteúdos das matérias. Além dos indicadores já citados, destaca-se a presença da TV Câmara em cinco portais. No entanto, pode-se presumir que a Rádio Câmara seja mais fácil de implantar, mas ela só está disponível em um único portal (Lages).

As ocorrências dos níveis de capacidade identificadas foram: nula (0), baixa (6), média (0), alta (6). O predomínio é de portais com baixa e alta capacidade, sendo que não foram identificados portais com média capacidade. Apesar do número representativo de portais com alta capacidade, 50% dos portais não estão estruturados de maneira a promover a transparência dos atos dos vereadores.

6 Considerações Finais

O artigo teve por objetivo investigar a utilização do legislativo eletrônico em Câmaras Municipais de Santa Catarina para o exercício da transparência. Observa-se uma predominância de portais com baixa capacidade em promover a transparência, representando 58,06% do conjunto analisado. Na sequência aparecem os portais com alta e média capacidade, com 22,58% e 17,20%, respectivamente.

Em razão destes índices, entende-se que não há uma busca de transparência pelos vereadores que, conforme Albuquerque (2006), significa desenvolver e implantar mecanismos que permitam à sociedade ter o conhecimento oportuno e suficiente das ações adotadas pelos governantes, das políticas implementadas e dos recursos mobilizados, o que não ocorre nos portais analisados.

Percebe-se que este processo não evolui de acordo com as faixas populacionais. Não há uma linearidade em quanto maior o porte populacional mais estruturado se apresenta o e-legislativo. Porém, a mínima ocorrência de portais com nula capacidade somada às condições de alta capacidade, que foi o nível com a segunda maior ocorrência, pode indicar que se trata de um processo em construção.

O processo de transparência por meio do legislativo eletrônico, tal como se apresenta, não garante aos cidadãos, por meio de diversas formas em que costumam se organizar, acesso às informações que explicitam as ações a serem praticadas pelos governantes, as em andamento e as executadas em períodos anteriores que, segundo Silva (2008), constitui-se no objetivo da transparência. Em síntese, não há, no conjunto de portais analisados, construção de condições da transparência dos atos dos vereadores.

Referências

ALBUQUERQUE, C. M., MEDEIROS, M. B., FEIJÓ, P. H. **Gestão de finanças públicas**. Brasília: Outras Editoras, 2006.

BRAGA, Sérgio Soares. O impacto da internet no funcionamento das instituições representativas brasileiras: um estudo sobre a informatização dos legislativos estaduais no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XII, 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2005.

CENEVIVA, Ricardo, FARAH, Marta Ferreira Santos. Democracia, avaliação e *accountability*: a avaliação de políticas públicas como instrumento de controle democrático. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, II, 2006, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.

CORGOZINHO, Ivanir. **A democracia eletrônica em Minas Gerais: os sites legislativos**. Disponível em: <<http://www.sglweb.com.br/sgl-mkt/artigo.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2011.

FOX, J. Government transparency and policymaking. **Public Choice**, v. 131, n. 1, p. 23- 44, Apr. 2007.

GOMES FILHO, A. B. O desafio de implementar uma gestão pública transparente. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, X, 2006, Santiago, Chile. **Anais...** CLAD, 2005.

MELLO, S. A. DE; COHEN, F. B. R. F.; OLIVEIRA, P. P. de. **Avaliação de capital intelectual das páginas web das Assembléias Legislativas brasileiras**. Monografia Especialização em Poder Legislativo) – Instituto de Educação Continuada, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2003.

PEIXOTO, T.; WEGENAST, T. A. Democracia eletrônica no Brasil e no Mundo. **Revista do Legislativo**, Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Minas Gerais, n. 43, p. 152-165, jan. 2011.

PEREIRA, J. M. Ética na gestão pública e exercício da cidadania: o papel dos tribunais de contas brasileiros como agências de *accountability*. O caso do Tribunal de Contas de Pernambuco. Congreso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública, VII, Lisboa. **Anais...** Lisboa, Portugal, 8-11 Out. 2002.

PLATT NETO, Orion Augusto e outros. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./ mar. 2007.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Internet, canais de participação e feitos políticos: um estudo do portal da Câmara. **Revista Fronteira – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 12, n. 2, p. 82-94, maio/ago. 2010.

MARQUES, F. P. J. A.; MIOLA, E. Internet e parlamento: um estudo dos mecanismos de participação oferecidos pelo poder legislativo através de ferramentas online. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, p. 1-20, ago. 2007.

SALES, T. S.; FREIRE, G. M. C. de A. F. As Assembléias Legislativas Estaduais e a possibilidade de concretização da ciberdemocracia. In: ENCONTRO NACIONAL DA CONPEDI, XIX, 2010, Fortaleza. **Anais...** Florianópolis: CONPEDI, 2010.

SILVA, L. M. da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. São Paulo: Atlas, 2008.

ZURRA, R. J. de O.; CARVALHO, M. A. de. O E-Legislativo como ferramenta de transparência na administração pública brasileira. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, III, 2008, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.